

DIVULGAÇÃO CORPORATIVA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA ANÁLISE DAS ABORDAGENS TEÓRICAS UTILIZADAS

LILIANE FRANCIOTE FRAZÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

PALOMA SANTANA MOREIRA PAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

DIVULGAÇÃO CORPORATIVA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): Uma Análise das Abordagens Teóricas Utilizadas

1 Introdução

A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incentiva um envolvimento global intensivo, reunindo governos, setor privado, sociedade civil, sistema das Nações Unidas e outros atores (UN, 2015). Neste contexto, as empresas desempenham um papel significativo no enfrentamento dos desafios levantados pelos ODS (Vallet-Bellmunt et al., 2023), sendo a importância de sua participação reconhecida tanto pela academia quanto pelos profissionais da área (Mio et al., 2020). Neste sentido, alguns pesquisadores afirmam que o comprometimento empresarial com o desenvolvimento sustentável e, portanto, com os ODS, não é mais uma escolha, mas um imperativo (Curtó-Pagès et al., 2021; L. Scott & McGill, 2018).

Por um lado, o setor privado pode oferecer financiamento, experiência e conhecimentos específicos, capacidade gerencial e de fiscalização e maior disposição ao risco (Berrone et al., 2019) no enfrentamento aos desafios globais. Por outro lado, os ODS oferecem às empresas uma nova estrutura para traduzir as necessidades e ambições globais em soluções de negócios (Sachs et al., 2019) e novas ferramentas para gerenciar os desafios ambientais, sociais e econômicos atuais (L. Scott & McGill, 2018). Adicionalmente, nos últimos anos, a sustentabilidade tem se tornado uma parte importante da filosofia de gestão corporativa (Morea et al., 2021), evoluindo de um imperativo ético para uma necessidade estratégica (Makarenko et al., 2023).

Neste sentido, as corporações são estimuladas a aumentar a transparência de suas práticas responsáveis e não financeiras (Makarenko et al., 2023). Neste contexto, os relatórios de sustentabilidade se tornam uma ferramenta estratégica para a tomada de decisão e divulgação de impacto (Vallet-Bellmunt et al., 2023), informando os stakeholders de uma empresa sobre seus esforços em direção à sustentabilidade (Zhou et al., 2022). A este respeito, foi encontrada relação positiva entre a divulgação de sustentabilidade e a reputação da organização (Barroso-Méndez et al., 2024) e uma associação positiva entre níveis mais elevados de divulgação dos ODS e o aumento do valor da empresa (Bose et al., 2024).

Contudo, o papel das empresas no processo de legitimação global e execução dos ODS permanece uma promessa e oportunidade ainda não cumprida, sendo que os esforços para internalizar a estrutura dos ODS na prática empresarial e na pesquisa de negócios ainda são incipientes, fazendo com que sejam necessárias mais pesquisas para melhor entender o papel das empresas como agentes de desenvolvimento sustentável (Mio et al., 2020).

Assim, partindo da premissa da importância da divulgação de sustentabilidade e do recente envolvimento dos estudiosos nas pesquisas acadêmicas voltadas para o enfrentamento dos desafios globais de desenvolvimento sustentável, especialmente no envolvimento com os ODS, bem como na relevância da academia como agente de mudança e de suporte para outros atores, este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: Quais as abordagens teóricas utilizadas nos estudos da divulgação corporativa dos ODS? A partir dessa questão, objetiva-se analisar as abordagens teóricas utilizadas nos estudos de divulgação corporativa dos ODS. Para tanto, é realizada uma revisão dos trabalhos disponibilizados na base Scopus a partir do ano de 2015.

Ao analisar as abordagens teóricas que têm sido incorporadas nos trabalhos, este estudo também permitirá identificar os tipos de estudos desenvolvidos e os contextos geográficos onde foram realizados. Estes resultados poderão auxiliar futuros estudos a preencher lacunas teóricas nas pesquisas da área de divulgação corporativa dos ODS, respondendo a questões socialmente relevantes como quais ODS e metas carecem ser estudados; em que regiões são necessários

maiores estudos, e inclusive colaborar para desenvolver frameworks conceituais no que diz respeito à promoção, implementação e melhoria na qualidade da divulgação dos ODS.

Para realizar este estudo, além dessa introdução, este artigo conta com um breve panorama dos estudos de divulgação corporativa dos ODS. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos onde são relacionadas todas as etapas e todos os passos utilizados no desenvolvimento da revisão. Na sequência, é realizada a apresentação dos resultados bem como da discussão acerca das principais características dos trabalhos analisados, com o foco nas abordagens teóricas que foram utilizadas. O artigo termina com as considerações finais.

2 Divulgação Corporativa e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Desde a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável no Relatório de Brundtland (WCED, 1987), as expectativas da sociedade em relação aos negócios e a demanda por maior envolvimento das organizações em questões sustentáveis tem crescido (Curtó-Pagès et al., 2021). Este maior interesse público motiva as empresas a divulgar suas práticas, estratégias, políticas, níveis de desempenho e iniciativas de sustentabilidade que afetam a sociedade e o ambiente no qual estão inseridas (Barroso-Méndez et al., 2024; Gupta & Das, 2022). Neste contexto, a divulgação da sustentabilidade tornou-se uma estratégia de comunicação que pode garantir ainda mais a sobrevivência das empresas (Barroso-Méndez et al., 2024).

Vários fatores podem influenciar a as decisões das organizações para abordar questões de sustentabilidade em seus relatos. Em relação aos fatores institucionais em nível país, um estudo identificou, entre outros fatores, que organizações que relatam os ODS tem maior probabilidade de estarem localizadas em países com níveis mais altos de vulnerabilidade às mudanças climáticas e de responsabilidade social corporativa nacional, além de gastos da empresa com educação superior e níveis mais baixos de intervenção no mercado (Rosati & Faria, 2019a). Neste mesmo sentido, outro estudo indicou que o relato é influenciado por fatores a nível nacional, como regulamentos de sustentabilidade, modelo de governança (orientação para os acionistas versus orientação para as partes interessadas) e a situação econômica do país (Bose & Khan, 2022).

Já em relação a fatores internos, foi indicado que a adoção precoce de relatórios sobre os ODS estaria relacionada com um maior tamanho, nível mais elevado de ativos intangíveis, maior compromisso com estruturas de sustentabilidade e garantia externas, uma maior porcentagem de diretoras mulheres e um conselho de administração mais jovem (Rosati & Faria, 2019b). A inserção em indústrias controversas também parece influenciar o engajamento das empresas em questões de responsabilidade social corporativa, a fim de obter legitimidade junto a seus stakeholders (Du & Vieira, 2012). Ainda nesse sentido, há indícios que empresas vinculadas a externalidades negativas, enfrentam mais pressão para fazer o bem ativamente, contribuindo para os desafios locais, de modo a serem bem-vistas pelos stakeholders (Crilly et al., 2016). Em outras palavras, empresas de setores “pecaminosos” e as que enfrentam conflitos ambientais podem se utilizar dos relatos de sustentabilidade como uma tentativa de reduzir sua exposição social e política e desviar a atenção das preocupações sociais e ambientais (Emma & Jennifer, 2021).

Portanto, o relato de sustentabilidade aparece como uma ferramenta para que as organizações mostrem aos stakeholders que estão respondendo às suas necessidades e criando soluções para uma sociedade mais sustentável (WBCSD & Radley Yeldar, 2020). Este relato pode acontecer de diferentes maneiras e com a utilização de diferentes canais. Um destes canais são os relatórios de sustentabilidade em que uma empresa divulga seu desempenho social, ambiental ou de governança, e os stakeholders identificam, em uma matriz de materialidade,

como esses critérios podem impactar os aspectos financeiros, operacionais e reputacionais da empresa (Santos et al., 2023).

Nos termos da Global Reporting Initiative (GRI), iniciativa internacional com foco na divulgação corporativa sustentável, o relatório de sustentabilidade é a prática de uma organização de relatar publicamente seus impactos econômicos, ambientais e/ou sociais e, portanto, suas contribuições, sejam positivas ou negativas, para o desenvolvimento sustentável (GSSB, 2016). Assim, os relatórios de ODS podem ser vistos como um repositório onde as ações de negócios nas áreas social, ambiental e econômica são compiladas, juntamente com informações sobre tópicos de governança interna e externa, como a contribuição para a justiça social ou as alianças que uma empresa constrói para contribuir para o desenvolvimento sustentável (Curtó-Pagès et al., 2021).

Essa divulgação pode acontecer por meio de relatórios obrigatórios e não obrigatórios que identificam objetivos específicos e disseminam as melhores práticas para atingir os ODS (Morea et al., 2021). Todavia, apesar do reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável nas estratégias corporativas por parte das organizações e do crescimento do *reporting* do seu desempenho em ações de desenvolvimento sustentável (Curtó-Pagès et al., 2021), nem sempre a divulgação é satisfatória. Não há uma estrutura global e compulsória para estes relatórios, ficando a cargo da empresa determinar o que e como as informações são disponibilizadas. Assim, essas informações disponibilizadas podem ser incompletas e refletir uma visão irreal dos reais impactos dos negócios corporativos (Boiral & Henri, 2017).

Ainda que os relatórios de sustentabilidade sejam relevantes tanto em termos de cumprimento legal ou regulatório como em termos informacionais, a evolução da tecnologia de comunicação propicia que as organizações utilizem diferentes canais para a comunicação de sustentabilidade (Bauer & Lim, 2019). Assim, as empresas utilizam cada vez mais a internet para divulgar informações sobre sustentabilidade, uma vez que isso permite interação com uma gama mais ampla de stakeholders de forma mais rápida (Jenkins & Yakovleva, 2006; Lodhia, 2012, 2018; Lodhia et al., 2020; Morhardt, 2010).

As redes sociais são um fator crítico para influenciar o desempenho da sustentabilidade organizacional a nível individual e de grupo, sendo usadas pelas empresas para atingir vários objetivos, como compartilhamento de informações, construção de conexões, desenvolvimento de marca, aumento da conscientização e coleta de insights dos clientes (Alsehani et al., 2023). Neste contexto, as características das postagens, como tipo de conteúdo (comunicação dos ODS), tipo de indústria e país de uma empresa, influenciam a taxa de envolvimento das partes interessadas (Mehmood et al., 2023).

Neste mesmo sentido, os sites se destacam como uma ferramenta valiosa para aumentar o *accountability* das organizações (S. Monteiro et al., 2024). Eles são considerados mais rápidos, mais econômicos, flexíveis e dinâmicos do que os relatórios tradicionais (Hossain, 2018; Nicolò, Andrades-Peña, et al., 2023), além de serem mais fáceis de utilizar e capazes de atingir públicos mais vastos mais rapidamente do que outras ferramentas de comunicação (Andrades et al., 2019; Lodhia, 2012; Nicolò, Aversano, et al., 2023).

Assim, essas novas ferramentas permitem o diálogo entre as empresas e as partes interessadas, envolvendo os stakeholders na estratégia de sustentabilidade (Castelló et al., 2013). Assim, ferramentas como mídias sociais (Alsehani et al., 2023) e sites corporativos (Fernández-Vallejo, 2023) acabam se tornando aliados na divulgação corporativa de ações de sustentabilidade.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo tem como objetivo analisar as abordagens teóricas utilizadas nos estudos de divulgação corporativa dos ODS. Para alcançar esse objetivo, a revisão integrativa

se apresenta adequada, uma vez que se trata de uma forma de pesquisa que analisa, critica e sintetiza literatura sobre um tópico de forma integrada, permitindo que novas estruturas e perspectivas sobre o tópico sejam geradas (Torraco, 2005). Em outras palavras, a revisão integrativa oferece novos insights (teóricos e/ou conceituais) que surgem de uma síntese e/ou crítica de pesquisas existentes (Elsbach & van Knippenberg, 2020). Aplicada a este estudo, possibilita não apenas a identificação das abordagens teóricas utilizadas nas pesquisas em que há interseção entre divulgação corporativa e os ODS, como também possibilita a análise integrada dessas abordagens.

O estudo conta com seis etapas de modo a descrever a maneira como a revisão integrativa foi conduzida, tendo em vista a importância de se apresentar como a literatura foi identificada, analisada, sintetizada e relatada nas revisões integrativas (Torraco, 2005, 2016). A primeira etapa abrange a definição do problema e a formulação da pergunta de pesquisa. A estratégia de busca envolve a utilização da base Scopus, considerada a maior base de dados bibliométricos (Filser et al., 2017; Maia et al., 2019).

A segunda etapa envolve o uso da base de dados. Assim, a *string* foi aplicada na base de dados Scopus no mês de agosto de 2024, resultando inicialmente em 2.853 estudos. Para manter a consistência dos estudos a serem analisados, foi aplicado filtro de tipo de documento, sendo mantidos 2.150 artigos do tipo *article* e *review*. Outro filtro aplicado é o de idiomas, mantendo apenas estudos escritos em Português, Inglês e Espanhol, línguas em que os autores estão aptos a realização da leitura e análise propostas. Outro ponto importante é que deve-se garantir que a tanto a literatura recente como a mais antiga sejam sistematicamente pesquisada (Torraco, 2016). Assim, os trabalhos anteriores a 2015, ano de aprovação da Agenda 2030, foram excluídos da base de análise e a análise temporal. Por fim, como o foco da revisão está na divulgação corporativa, foram mantidos os estudos apenas das áreas de *Business, Management and Accounting e Economics, Econometrics and Finance*. Após a aplicação dos referidos filtros, restaram 557 artigos. A relação destes artigos foi exportada para o Microsoft Excel e para o gerenciador bibliográfico Mendeley.

Na terceira etapa, o resumo, as palavras-chave e o título das publicações selecionadas e exportadas para Excel foram lidos e aquelas publicações que fugiam do escopo deste estudo, foram devidamente identificadas e excluídas da base de análise. A retenção ou descarte das publicações foi realizada a partir de critérios consistentes com o propósito e os objetivos da revisão (Torraco, 2016). Foram mantidos apenas estudos que tratavam diretamente de divulgação corporativa e que envolvesse os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Foram consideradas divulgações corporativas quaisquer comunicações realizadas por organizações públicas e/ou privadas, independente do tipo (relatórios financeiros, relatórios não financeiros, sites corporativos, mídias sociais etc.). Não foram considerados estudos focados em relatórios publicados em agências internacionais, como levantamentos realizados por agências da ONU. Neste passo, 257 estudos foram excluídos da base por não estarem relacionados com a divulgação corporativa dos ODS. Assim, a base de análise conta com 300 estudos pré-selecionados. Os próximos passos desta etapa envolvem a organização e a identificação dos estudos, o que foi realizado em planilha do Microsoft Excel.

A quarta etapa, categorização dos estudos selecionados, envolve, inicialmente, a elaboração de uma matriz de síntese a partir de dados extraídos da base Scopus e da leitura dos artigos previamente selecionados. São informações extraídas diretamente da base Scopus: autores, título do estudo; ano de publicação; periódico. As informações seguintes foram extraídas a partir da leitura dos artigos: o objetivo; a(s) abordagem(ns) teórica(s) utilizada(s); abordagem(ns) metodológica(s) utilizada(s); principais resultados; contexto geográfico; setor. Especificamente sobre as abordagens teóricas, considerou-se apenas aquelas mencionadas

explicitamente como lente teórica do estudo e/ou utilizada de maneira direta na operacionalização do estudo, formulação de proposições/hipóteses e/ou análise dos resultados.

A partir da matriz de síntese, diferentes tabelas foram criadas bem como análises integrativas para o desenvolvimento das etapas 5 (análise e interpretação dos resultados) e 6 (apresentação da revisão/síntese do conhecimento) cujos resultados são apresentados na próxima seção.

4 Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1 Compreendendo a base de artigos em análise

Antes de iniciar as análises e discussões sobre as abordagens teóricas propriamente ditas, faz-se necessário entender melhor a base de estudos utilizada nesta revisão. A abordagem metodológica mais adotada pelos estudos da base de análise é a qualitativa. Várias pesquisas se voltaram para estudo de caso, seja único ou múltiplo (Di Vaio et al., 2022; Nor Ahmad et al., 2022). A análise de conteúdo é utilizada para analisar relatórios (Lodhia et al., 2023; Nicolò, Zanellato, et al., 2023), sites (Perrigot & Elom Gbetchi, 2023) e redes sociais (de la Casa & Caballero, 2021) ou até mesmo mais de uma dessas fontes de maneira conjunta (Di Vaio et al., 2024). Todavia, algumas outras técnicas também são utilizadas como entrevistas, grupos focais dentre outras (Debeila et al., 2024; Permatasari & Gunawan, 2023). Dentre as técnicas utilizadas nos estudos quantitativos, encontrou-se dados em painel (Ceballos-García et al., 2024; A. P. Monteiro et al., 2024), Modelagem de Equações Estruturais (Gallardo-Vázquez et al., 2024; Lhutfi et al., 2024) e Método generalizado de momentos (GMM) (Mishra et al., 2024). Os estudos mistos envolvem tanto a perspectiva qualitativa como a quantitativa (S. Monteiro et al., 2024; Ngu & Amran, 2024). Já os artigos classificados como teóricos/conceituais desenvolvem conceitos ou frameworks sobre a divulgação corporativa de sustentabilidade (Abeysekera, 2022; Partzsch, 2023). Por fim, os artigos classificados como Revisão visam analisar e integrar a literatura sobre divulgação corporativa (Cao et al., 2024; Kumareswaran et al., 2024).

Em relação ao contexto geográfico, a região mais estudada é a Europa, seja através de países de forma isolada (Martínez-Martínez et al., 2024; S. Monteiro et al., 2024; Nicolò et al., 2024; Vallet-Bellmunt et al., 2023), alguns países em conjunto (Makarenko et al., 2022; Zemanová & Druláková, 2020) ou até mesmo com bloco econômico (Di Vaio, Palladino, et al., 2020; Krasodomska et al., 2023; Tettamanzi et al., 2023). A segunda região mais estudada é a Ásia, seja isoladamente (Abbas et al., 2023; Mishra et al., 2024; Ng et al., 2023) ou em conjunto de países da região (Al-ahdal et al., 2024; Johan, 2021). Caso os pesquisadores não tenham delimitado diretamente o contexto, o artigo foi agrupado como “Não definido”. Já em casos em que mais que duas regiões foram consideradas no estudo, a classificação é “Vários países”.

Em relação aos setores, a maioria dos estudos (58%) consideraram diversos setores ou não especificaram que setor foi utilizado. Entre os setores isoladamente, o setor financeiro se destaca. Isso pode ser explicado pela crescente pressão por parte dos investidores por comportamentos sustentáveis e pela criação de carteiras de ações sustentáveis como o ISE3 e o ICO2 da B3 brasileira e o Dow Jones Sustainability Index World da Bolsa de Nova York. Isso acaba por refletir no interesse acadêmico por desenvolver pesquisas específicas nessa área. Inclusive, alguns estudos focaram em áreas financeiras bem específicas. Por exemplo, um estudo que buscou delinear um modelo abrangente para a integração de princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) dentro da estrutura das operações da Takaful (um tipo de seguro islâmico) (Mohd Zain et al., 2024). Já um outro estudo objetivou examinar o papel do setor bancário do Paquistão na transição para uma economia circular (EC) e na implementação de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (Zahid et al., 2024).

4.2 Análise das abordagens teóricas

Dentro da base de análise, cerca de 41% (124) não explicitaram a abordagem teórica utilizada, portanto, não serão considerados nessa seção. Na Tabela 4 são apresentados os demais estudos (176 estudos) agrupados a partir da utilização das abordagens teóricas identificadas. A Teoria dos Stakeholders, a Teoria da Legitimidade, a Teoria Institucional e a Teoria da Sinalização foram as teorias mais utilizadas na base de artigos analisados, tanto isoladamente, como em conjunto entre si e com outras abordagens teóricas, conforme apontados em estudos anteriores (Datta & Goyal, 2022; Diaz-Sarachaga, 2021).

Os stakeholders de uma organização são indivíduos ou outras organizações que contribuem, voluntária ou involuntariamente, para a sua capacidade e atividades de criação de riqueza, sendo seus potenciais beneficiários e/ou fontes de risco (Lourenço et al., 2012). Estes stakeholders possuem pelo menos três atributos, poder, legitimidade e urgência e, dependendo da combinação e força desses atributos, há criação de valor econômico e vantagem competitiva (Mitchell et al., 1997). A Teoria dos Stakeholders é baseada na premissa do contrato social (Donaldson, 1982; Freeman, 1984; McWilliams & Siegel, 2001) e postula que as empresas devem considerar qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar ou ser afetado por suas ações e atividades (Freeman, 1994). A partir deste entendimento, o não atendimento às expectativas sociais poderia levar ao fechamento devido a revogação da licença, afetando o desenvolvimento das empresas (Hang et al., 2024). Assim, a satisfação dos interesses dos diferentes stakeholders acabará por influenciar o sucesso dos produtos ou serviços (Jones & Comfort, 2021), garantido o sucesso e a sobrevivência a longo prazo (Perrini & Tencati, 2006).

A Teoria da Legitimidade, por sua vez, tem sido amplamente usada como uma estrutura teórica para entender comportamentos de relatórios e fatores que afetam divulgações não financeiras (Deegan, 2002), sendo que a legitimidade pode ser entendida como uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma organização são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construído (Suchman, 1995). A partir disso, as empresas tenderiam a adotar comportamento informacional visando fortalecer sua legitimidade diante das partes interessadas (Camilleri, 2018; Di Vaio, Syriopoulos, et al., 2020), aumentar sua reputação (Camilleri, 2018; Di Vaio, Syriopoulos, et al., 2020; Jizi, 2017) e diminuir as assimetrias informacionais (Hamrouni et al., 2019; Jizi, 2017). Assim, a apresentação de Relatórios de Sustentabilidade que contenham divulgações relacionadas à responsabilidade de uma empresa por questões sociais e ambientais, particularmente relacionadas aos ODS, é uma forma midiática para garantir que a empresa ganhe legitimidade da sociedade e, quando as empresas ganham legitimidade da sociedade, espera-se que elas possam maximizar seu desempenho financeiro a longo prazo (Husnah & Fahlevi, 2023).

Tabela 4

Abordagens Teóricas

Abordagem Teórica	Número Artigos
Uma abordagem teórica	
Teoria dos Stakeholders	27
Teoria da Legitimidade	22
Teoria Institucional	14
Teoria Neoinstitucional	3
Outras Abordagens utilizadas em dois artigos ou menos	27
Duas abordagens teóricas	

Teoria da Legitimidade + Teoria dos Stakeholders	7
Teoria da Agência + Teoria dos Stakeholders	5
Teoria dos Stakeholders + Teoria Institucional	4
Teoria da Agência + Teoria Institucional	3
Teoria da Legitimidade + Teoria Institucional	3
Outras Abordagens utilizadas em dois artigos ou menos	22
Três abordagens teóricas	
Teoria da Legitimidade + Teoria dos Stakeholders + Teoria Institucional	5
Teoria da Agência + Teoria da Legitimidade + Teoria dos Stakeholders	3
Outras Abordagens utilizadas em dois artigos ou menos	20
Quatro abordagens teóricas ou mais	
Outras Abordagens utilizadas em um artigo	11

Fonte: Dados da Pesquisa.

A Teoria Institucional, por sua vez, parte do entendimento do conceito de instituição. Elas podem ser entendidas como restrições humanamente concebidas que estruturam a interação política, econômica e social (D. C. North, 1991) ou como elementos reguladores, normativos e cultural-cognitivos que, juntamente com as atividades e recursos associados, fornecem estabilidade e sentido à vida social (W. R. Scott, 2014). Sob esta perspectiva, são as instituições que fornecem as regras do jogo para o funcionamento nas sociedades e as organizações seguem essas regras formais e informais em suas interações com os vários atores nas sociedades (D. North, 1990). De acordo com essa teoria, as organizações devem incorporar regras institucionais para alcançar legitimidade e sobreviver (DiMaggio & Powell, 1983; Priem & Gabellone, 2024). Assim, em casos em que as instituições são mais fracas, as empresas podem achar interessante investir mais em ESG para aumentar sua credibilidade (Aggarwal et al., 2009; Priem & Gabellone, 2024).

Entre as abordagens teóricas algumas se mostram relevantes para discussão, ainda que não tenham aparecido isoladamente de maneira significativa. Uma delas é a Visão Baseada em Recursos (RBV) que se concentra em como as empresas podem desenvolver e usar recursos e capacidades para atender aos clientes e obter vantagem sobre os concorrentes (Penrose, 1959). Esta vantagem competitiva resulta de recursos valiosos, raros e inimitáveis que podem ser físicos, financeiros ou humanos (J. Barney, 1991; J. B. Barney, 1986). Em outras palavras, as empresas podem ser vistas como um conjunto integrado de recursos e capacidades distribuídos heterogeneamente em sua estratégia, gerando impactos sociais e ambientais (Abeysekera, 2022; Gallardo-Vázquez et al., 2024; Sassanelli et al., 2020).

A teoria da sinalização enfatiza a importância das informações divulgadas pela empresa para a tomada de decisões de investimento de partes externas à empresa (Indriastuti et al., 2023), partindo da premissa de que a parte que envia a informação ou o proprietário da informação fornece um sinal que reflete a condição da empresa e beneficia a parte que recebe a informação, especialmente os investidores (Lhutfi et al., 2024). Em outras palavras, se houver uma assimetria de informação entre duas partes, uma das partes tenta reduzir a assimetria de informação transmitindo informações credíveis a uma segunda parte (Spence, 1973). Neste contexto, investidores e empresários precisam ter acesso a essas informações como um sinal crítico ao tomar decisões de investimento (Lhutfi et al., 2024). Neste sentido, a teoria da sinalização afirma que as práticas de RSC podem atuar como sinais para as partes interessadas, influenciando as avaliações do valor potencial de uma empresa (Indriastuti et al., 2023).

A Teoria da Agência explora a relação entre as partes envolvidas em que os principais delegam trabalho aos agentes (Al-ahdal et al., 2024; Eisenhardt, 1989; Jamil et al., 2021). Neste sentido, envolve um contrato entre duas partes, onde uma delas é o principal que contrata o agente para a realização de algum trabalho (de Silva et al., 2020) ou ação em seu nome (Cuervo-

Cazurra et al., 2014). O principal oferece incentivos e estabelece mecanismos de controle sobre o agente para que este atenda aos desejos do principal e não a seus próprios desejos (Holmstrom, 1979; Jensen & Meckling, 1976).

As teorias tradicionais também aparecem combinadas a outras teorias. Por exemplo, a Teoria dos Stakeholders aparece combinada com a Teoria da Identidade Social em um estudo que buscou explorar o impacto da diversidade de gênero na capacidade de resposta das empresas à sustentabilidade para garantir o impulso coletivo em direção ao alcance das metas de desenvolvimento sustentável na Nigéria (Ozordi et al., 2020). A Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979) é proveniente da Psicologia Social e é um termo abrangente que descreve uma série de subteorias sociocognitivas que abordam como as interações e o comportamento dos indivíduos são influenciados pelas diferentes categorias às quais pertencem (Hogg, 2006; Hogg & Terry, 2000). Esta teoria aborda os processos pelos quais os indivíduos são categorizados em grupos, criados por eles mesmos ou por outros, e a maneira como esta categorização e identidade influenciam as interações entre os indivíduos de diferentes grupos (Chen et al., 2016). Neste contexto, uma grande proporção de representação feminina a nível do conselho de administração tende a proporcionar uma melhor monitorização, uma vez que a representação feminina no cargo de diretora ajuda a melhorar a responsabilidade de gestão e uma empresa é vista como socialmente responsável com base em suas preocupações para o interesse público através do seu sistema de relatórios de sustentabilidade (Ozordi et al., 2020).

Uma postura crítica é utilizada para examinar criticamente a conceituação do princípio da materialidade, que é um dos conceitos mais segregadores no trabalho regulatório atual sobre a definição de padrões para relatórios de sustentabilidade (Abhayawansa, 2022).

5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo analisar as abordagens teóricas utilizadas nos estudos de divulgação corporativa dos ODS. Para tanto, foi realizada uma busca na base de dados Scopus por pesquisas realizadas a partir de 2015 sobre a divulgação corporativa dos ODS. Na análise foram encontradas diversas abordagens teóricas bem como diferentes combinações destas na realização dos estudos. Isso era esperado tendo em vista a abrangência temática da Agenda 2030 que requer lentes diferentes para interpretar diferentes fenômenos e contextos. Em relação aos contextos geográficos estudados, a maior parte dos estudos envolveram diversos contextos ou não se restringiram a um contexto específico, especialmente no caso de artigos de revisão ou teóricos. A Ásia e a Europa são as regiões que mais foram consideradas nas pesquisas.

Essa diversidade de abordagens teóricas e contextos estudados enriquece o conhecimento gerado uma vez que cada uma delas apresenta uma perspectiva diferente sobre o desenvolvimento sustentável na área de gestão. Porém, quando esse conhecimento se encontra esparsa, pode levar a uma maior dificuldade em se realizar uma análise comparativa e crítica. Apesar dessa relevância, em uma busca prévia, não foi identificado nenhum estudo com este objetivo. Assim, uma das principais contribuições deste artigo é justamente consolidar os estudos realizados de modo a oferecer um panorama teórico das pesquisas sobre divulgação corporativa dos ODS, identificando os tipos de estudo e o contexto geográfico onde foram desenvolvidos.

Através das análises realizadas, foi possível identificar que há prevalência de teorias positivistas, voltadas de alguma forma para questões financeiras e/ou econômicas. Porém, lentes teóricas não tradicionais também foram encontradas. Esse é um interessante indicativo para o direcionamento de pesquisas futuras, uma vez que os pesquisadores da área podem voltar seu olhar para aspectos pouco explorados no contexto da divulgação dos ODS. Um outro estudo chegou a conclusão semelhante ao identificar que o discurso científico permanece amplamente subteorizado com enquadramentos positivistas focados principalmente nas questões "o quê",

sendo que uma modificação nas abordagens e métodos de pesquisa atuais é necessária para avançar ainda mais neste campo (Awuah et al., 2024). Sem mencionar que também oferece oportunidades para os estudiosos de gestão fornecerem uma resposta às preocupações de que suas pesquisas não abordam “grandes questões” (Van Tulder et al., 2021), uma vez que a pesquisa de gestão convencional foi estimulada a se envolver em empreendimentos mais 'socialmente relevantes', concentrando-se em 'Grandes Desafios' (George et al., 2016).

Apesar de sua contribuição, este estudo apresenta limitações. A mais destacada diz respeito à utilização de apenas uma base de análise. Ainda que a Scopus seja uma base reconhecida e muito utilizada em revisões, pesquisas futuras podem incluir mais bases para aumentar a abrangência da análise. Outra limitação diz respeito à identificação das abordagens teóricas. Foram consideradas apenas as teorias destacadas de maneira explícita pelos autores em seus estudos. Pesquisas futuras podem analisar mais profundamente cada trabalho de modo a identificar quais lentes teóricas foram utilizadas, ainda que não mencionadas de maneira direta pelos pesquisadores. Outro ponto que pode ser explorado, é uma análise mais profunda destas abordagens, especialmente das abordagens teóricas não tradicionais.

Referências

- Abbas, A., Zhang, G., Bilal, & Chengang, Y. (2023). Firm governance structures, earnings management, and carbon emission disclosures in Chinese high-polluting firms. *Business Ethics, the Environment and Responsibility*, 32(4), 1470–1489. <https://doi.org/10.1111/beer.12582>
- Abeyssekera, I. (2022). A framework for sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(6), 1386–1409. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-08-2021-0316>
- Abhayawansa, S. (2022). Swimming against the tide: back to single materiality for sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(6), 1361–1385. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-07-2022-0378>
- Aggarwal, R., Erel, I., Stulz, R., & Williamson, R. (2009). Differences in Governance Practices between U.S. and Foreign Firms: Measurement, Causes, and Consequences. *Review of Financial Studies*, 22(8), 3131–3169. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhn107>
- Al-ahdal, W. M., Muhmad, S. N., Farhan, N. H. S., Almaqtari, F. A., Mhawish, A., & Hashim, H. A. (2024). Unveiling the impact of firm-characteristics on sustainable development goals disclosure: A cross-country study on non-financial companies in Asia. *Borsa Istanbul Review*. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2024.05.003>
- Alsehani, F. N., Wahab, A. W. B. A., & Shuib, L. (2023). Exploring Social Media and Organisational Sustainability Performance Goals: Themes, Functional Areas, and Practices Learning from the Preceding Decade. *Sustainability*, 15(3), 2115. <https://doi.org/10.3390/su15032115>
- Andrades, J., Martinez-Martinez, D., Larran, M., & Herrera, J. (2019). Online information disclosure in Spanish municipal-owned enterprises. *Online Information Review*, ahead-of-p (ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/OIR-02-2018-0063>
- Awuah, B., Yazdifar, H., & Elbardan, H. (2024). Corporate reporting on the Sustainable Development Goals: a structured literature review and research agenda. *Journal of Accounting and Organizational Change*, 20(4), 617–646. <https://doi.org/10.1108/JAOC-10-2022-0155>
- Barney, J. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99–120. <https://doi.org/10.1177/014920639101700108>
- Barney, J. B. (1986). Organizational Culture: Can It Be a Source of Sustained Competitive Advantage? *The Academy of Management Review*, 11(3), 656.

- <https://doi.org/10.2307/258317>
- Barroso-Méndez, M. J., Pajuelo-Moreno, M.-L., & Gallardo-Vázquez, D. (2024). A meta-analytic review of the sustainability disclosure and reputation relationship: aggregating findings in the field of social and environmental accounting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-04-2022-0168>
- Bauer, S., & Lim, D. (2019). Effect of Communication Practices on Volunteer Organization Identification and Retention. *Sustainability*, *11*(9), 2467. <https://doi.org/10.3390/su11092467>
- Berrone, P., Ricart, J. E., Duch, A. I., Bernardo, V., Salvador, J., Peña, J. P., & Planas, M. R. (2019). EASIER: An Evaluation Model for Public–Private Partnerships Contributing to the Sustainable Development Goals. *Sustainability (Switzerland)*, *11*(8), 2339–2364. <https://doi.org/10.3390/su11082339>
- Boiral, O., & Henri, J.-F. (2017). Is Sustainability Performance Comparable? A Study of GRI Reports of Mining Organizations. *Business & Society*, *56*(2), 283–317. <https://doi.org/10.1177/0007650315576134>
- Bose, S., & Khan, H. Z. (2022). Sustainable development goals (SDGs) reporting and the role of country-level institutional factors: An international evidence. *Journal of Cleaner Production*, *335*, 130290. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.130290>
- Bose, S., Khan, H. Z., & Bakshi, S. (2024). Determinants and consequences of sustainable development goals disclosure: International evidence. *Journal of Cleaner Production*, *434*. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.140021>
- Camilleri, M. A. (2018). Theoretical insights on integrated reporting. *Corporate Communications: An International Journal*, *23*(4), 567–581. <https://doi.org/10.1108/CCIJ-01-2018-0016>
- Cao, J., Huang, Z., Kristanto, A. B., & Scott, T. (2024). Pacific accounting review in 2013–2023: a bibliometric analysis. *Pacific Accounting Review*. <https://doi.org/10.1108/PAR-03-2024-0049>
- Castelló, I., Morsing, M., & Schultz, F. (2013). Communicative Dynamics and the Polyphony of Corporate Social Responsibility in the Network Society. *Journal of Business Ethics*, *118*(4), 683–694. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1954-1>
- Ceballos-García, D., Calad-Arias, C., & Correa-García, J. A. (2024). Determinants of non-financial information accountability in universities: The case of Colombia. *Estudios Gerenciales*, *40*(170), 45–56. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2024.170.6205>
- Chen, G., Crossland, C., & Huang, S. (2016). Female board representation and corporate acquisition intensity. *Strategic Management Journal*, *37*(2), 303–313. <https://doi.org/10.1002/smj.2323>
- Crilly, D., Ni, N., & Jiang, Y. (2016). Do-no-harm versus do-good social responsibility: Attributional thinking and the liability of foreignness. *Strategic Management Journal*, *37*(7), 1316–1329. <https://doi.org/10.1002/smj.2388>
- Cuervo-Cazurra, A., Inkpen, A., Musacchio, A., & Ramaswamy, K. (2014). Governments as owners: State-owned multinational companies. *Journal of International Business Studies*, *45*(8), 919–942. <https://doi.org/10.1057/jibs.2014.43>
- Curtó-Pagès, F., Ortega-Rivera, E., Castellón-Durán, M., & Jané-Llopis, E. (2021). Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 agenda. *Sustainability (Switzerland)*, *13*(3), 1–27. <https://doi.org/10.3390/su13031178>
- Datta, S., & Goyal, S. (2022). Determinants of SDG Reporting by Businesses: A Literature Analysis and Conceptual Model. *Vision*. <https://doi.org/10.1177/09722629221096047>
- de la Casa, J. M. H., & Caballero, S. G. (2021). Communication of Sustainable Development Goals in Social Economy organizations. *CIRIEC-España Revista de Economía Pública*,

- Social y Cooperativa*, 101, 165–191. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.101.18393>
- de Silva, K., Senarath Yapa, P. W., & Vesty, G. (2020). The impact of accountability mechanisms on public sector environmental sustainability performance: A case study of Sri Lanka. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 14(3), 38–55. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v14i3.4>
- Debeila, N., Usher, J. V., & van Zyl, J. (2024). A coherent Corporate Social Responsibility reporting framework for companies listed on the JSE Top 40 Index. *South African Journal of Business Management*, 55(1). <https://doi.org/10.4102/sajbm.v55i1.4415>
- Deegan, C. (2002). The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Di Vaio, A., Dell’Amura, G., & Varriale, L. (2024). Biodiversity disclosure in the cruise industry: empirical research challenges. *Current Issues in Tourism*. <https://doi.org/10.1080/13683500.2024.2350586>
- Di Vaio, A., Palladino, R., Hassan, R., & Alvino, F. (2020). Human resources disclosure in the EU Directive 2014/95/EU perspective: A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 257. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120509>
- Di Vaio, A., Syriopoulos, T., Alvino, F., & Palladino, R. (2020). “Integrated thinking and reporting” towards sustainable business models: a concise bibliometric analysis. *Meditari Accountancy Research*, 29(4), 691–719. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2019-0641>
- Di Vaio, A., Varriale, L., Di Gregorio, A., & Adomako, S. (2022). Corporate social performance and non-financial reporting in the cruise industry: Paving the way towards UN Agenda 2030. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(6), 1931–1953. <https://doi.org/10.1002/csr.2292>
- Diaz-Sarachaga, J. M. (2021). Shortcomings in reporting contributions towards the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. <https://doi.org/10.1002/csr.2129>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- Donaldson, T. (1982). *Corporations and Morality*. Prentice-Hall.
- Du, S., & Vieira, E. T. (2012). Striving for Legitimacy Through Corporate Social Responsibility: Insights from Oil Companies. *Journal of Business Ethics*, 110(4), 413–427. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1490-4>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency Theory: An Assessment and Review. *The Academy of Management Review*, 14(1), 57–74.
- Elsbach, K. D., & van Knippenberg, D. (2020). Creating High-Impact Literature Reviews: An Argument for ‘Integrative Reviews.’ *Journal of Management Studies*, 57(6), 1277–1289. <https://doi.org/10.1111/joms.12581>
- Emma, G.-M., & Jennifer, M.-F. (2021). Is SDG reporting substantial or symbolic? An examination of controversial and environmentally sensitive industries. *Journal of Cleaner Production*, 298. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126781>
- Fernández-Vallejo, A. M. (2023). Communicating sustainability in Spanish hotel chains: The use of websites as a legitimation tool. *Doxa Comunicación*, 37, 167–191. <https://doi.org/https://doi.org/10.31921/doxacom.n37a1855>
- Filser, L. D., da Silva, F. F., & de Oliveira, O. J. (2017). State of research and future research tendencies in lean healthcare: a bibliometric analysis. *Scientometrics*, 112(2), 799–816. <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2409-8>
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Pitman.

- Freeman, R. E. (1994). The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions. *Business Ethics Quarterly*, 4(4), 409–421. <https://doi.org/10.2307/3857340>
- Gallardo-Vázquez, D., Scarpellini, S., Aranda-Usón, A., & Fernández-Bandera, C. (2024). How does the circular economy achieve social change? Assessment in terms of sustainable development goals. *Humanities and Social Sciences Communications*, 11(1). <https://doi.org/10.1057/s41599-024-03217-9>
- George, G., Howard-Grenville, J., Joshi, A., & Tihanyi, L. (2016). Understanding and Tackling Societal Grand Challenges through Management Research. *Academy of Management Journal*, 59(6), 1880–1895. <https://doi.org/10.5465/amj.2016.4007>
- GSSB, G. S. S. B. (2016). *GRI 101: Foundation 2016*. <https://www.globalreporting.org/standards/media/1036/gri-101-foundation-2016.pdf>
- Gupta, J., & Das, N. (2022). Multidimensional corporate social responsibility disclosure and financial performance: A meta-analytical review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(4), 731–748. <https://doi.org/10.1002/csr.2237>
- Hamrouni, A., Boussaada, R., & Ben Farhat Toumi, N. (2019). Corporate social responsibility disclosure and debt financing. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(4), 394–415. <https://doi.org/10.1108/JAAR-01-2018-0020>
- Hang, N. T. T., Dzung, N. T. P., & Tuyet, N. T. B. (2024). Factors Affecting the Application of Social Responsibility Accounting: Evidence From Plastic Manufacturing Companies. *Corporate Governance and Organizational Behavior Review*, 8(2), 39–49. <https://doi.org/10.22495/cgobrv8i2p4>
- Hogg, M. A. (2006). Social identity theory. In P. J. Burke (Ed.), *Contemporary Social Psychological Theories*. Stanford University Press.
- Hogg, M. A., & Terry, D. I. (2000). Social Identity and Self-Categorization Processes in Organizational Contexts. *Academy of Management Review*, 25(1), 121–140. <https://doi.org/10.5465/amr.2000.2791606>
- Holmstrom, B. (1979). Moral Hazard and Observability. *The Bell Journal of Economics*, 10(1), 74. <https://doi.org/10.2307/3003320>
- Hossain, M. M. (2018). Sustainability reporting by Australian local government authorities. *Local Government Studies*, 44(4), 577–600. <https://doi.org/10.1080/03003930.2018.1471397>
- Husnah, & Fahlevi, M. (2023). How do corporate social responsibility and sustainable development goals shape financial performance in Indonesia's mining industry? *Uncertain Supply Chain Management*, 11(3), 1383–1394. <https://doi.org/10.5267/j.uscm.2023.5.099>
- Indriastuti, M., Chariri, A., & Fuad, F. (2023). Enhancing firm value: The role of enterprise risk management, intellectual capital, and corporate social responsibility. *Contaduría y Administración*, 70(1), 184–210. <https://doi.org/10.22201/fca.24488410e.2025.5185>
- Jamil, A., Mohd Ghazali, N. A., & Puat Nelson, S. (2021). The influence of corporate governance structure on sustainability reporting in Malaysia. *Social Responsibility Journal*, 17(8), 1251–1278. <https://doi.org/10.1108/SRJ-08-2020-0310>
- Jenkins, H., & Yakovleva, N. (2006). Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. *Journal of Cleaner Production*, 14(3–4), 271–284. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.10.004>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jizi, M. (2017). The Influence of Board Composition on Sustainable Development Disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 640–655. <https://doi.org/10.1002/bse.1943>

- Johan, S. (2021). Determinants of Corporate Social Responsibility Provision. *Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 8(1), 891–899. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2021.vol8.no1.891>
- Krasodomska, J., Zieniuk, P., & Kostrzewska, J. (2023). Reporting on Sustainable Development Goals in the European Union: what drives companies' decisions? *Competitiveness Review*, 33(1), 120–146. <https://doi.org/10.1108/CR-12-2021-0179>
- Kumareswaran, K., Ranasinghe, S., Jayasinghe, G. Y., & Dassanayake, K. B. (2024). Systematic review on liquid organic waste (LOW) characteristics, processing technologies, and their potential applications: Towards circular economy and resource efficiency. *Journal of Cleaner Production*, 447. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.141286>
- Lhutfi, I., Ludigdo, U., Rusydi, M. K., & Baridwan, Z. (2024). Investment and sustainability: CSR, SDGs and the ESG Score in Indonesia. *Cogent Business and Management*, 11(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2328311>
- Lodhia, S. (2012). Web based social and environmental communication in the Australian minerals industry: an application of media richness framework. *Journal of Cleaner Production*, 25, 73–85. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.11.040>
- Lodhia, S. (2018). Is the medium the message? *Meditari Accountancy Research*, 26(1), 2–12. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2017-0197>
- Lodhia, S., Kaur, A., & Kuruppu, S. C. (2023). The disclosure of sustainable development goals (SDGs) by the top 50 Australian companies: substantive or symbolic legitimation? *Meditari Accountancy Research*, 31(6), 1578–1605. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-05-2021-1297>
- Lodhia, S., Kaur, A., & Stone, G. (2020). The use of social media as a legitimation tool for sustainability reporting. *Meditari Accountancy Research*, 28(4), 613–632. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-09-2019-0566>
- Lourenço, I. C., Branco, M. C., Curto, J. D., & Eugénio, T. (2012). How Does the Market Value Corporate Sustainability Performance? *Journal of Business Ethics*, 108(4), 417–428. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1102-8>
- Maia, S. C., de Benedicto, G. C., do Prado, J. W., Robb, D. A., de Almeida Bispo, O. N., & de Brito, M. J. (2019). Mapping the literature on credit unions: a bibliometric investigation grounded in Scopus and Web of Science. *Scientometrics*, 120(3), 929–960. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03165-1>
- Makarenko, I., Gryn, V., Proskurina, N., Pushkar, L., & Goncharova, V. (2023). Transparency and information asymmetry in the financial market: Strategic dependencies between sustainability disclosure, SDG achievement and financial and information efficiency. *Investment Management and Financial Innovations*, 20(4), 127–137. [https://doi.org/10.21511/imfi.20\(4\).2023.11](https://doi.org/10.21511/imfi.20(4).2023.11)
- Makarenko, I., Plastun, A., Mazancova, J., Juhaszova, Z., & Brin, P. (2022). Transparency of Agriculture Companies: Rationale of Responsible Investment for Better Decision Making Under Sustainability. *Agricultural and Resource Economics*, 8(2), 50–66. <https://doi.org/10.51599/are.2022.08.02.03>
- Martínez-Martínez, D., Castroa, P. I. R., Peñab, F. J. A., & Blancoc, J. S. (2024). The Sustainable Development Goals and Large Spanish Companies: An analysis of their commitment based on their Non-Financial Reporting. *Cuadernos de Gestion*, 24(1), 85–97. <https://doi.org/10.5295/CDG.231911DM>
- McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate Social Responsibility: A Theory of the Firm Perspective. *The Academy of Management Review*, 26(1), 117. <https://doi.org/10.2307/259398>
- Mehmood, A., Hajdini, J., Iaia, L., De Luca, F., & Sakka, G. (2023). Stakeholder engagement

- and SDGs: the role of social media in the European context. *EuroMed Journal of Business*, 18(1), 111–128. <https://doi.org/10.1108/EMJB-11-2021-0173>
- Mio, C., Panfilo, S., & Blundo, B. (2020). Sustainable development goals and the strategic role of business: A systematic literature review. *Business Strategy and the Environment*, 29(8), 3220–3245. <https://doi.org/10.1002/bse.2568>
- Mishra, P., Sharma, A., Rabbani, M. R., Khan, A., & Kumar, S. (2024). Sustainable accounting quality and its impact on financial success aligned with SDGs. *Journal of Accounting and Organizational Change*. <https://doi.org/10.1108/JAOC-01-2024-0010>
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. *The Academy of Management Review*, 22(4), 853. <https://doi.org/10.2307/259247>
- Mohd Zain, F. A., Muhamad, S. F., Abdullah, H., Sheikh Ahmad Tajuddin, S. A. F., & Wan Abdullah, W. A. (2024). Integrating environmental, social and governance (ESG) principles with Maqasid al-Shariah: a blueprint for sustainable takaful operations. *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, 17(3), 461–484. <https://doi.org/10.1108/IMEFM-11-2023-0422>
- Monteiro, A. P., Cepêda, C., Borges, A. P., & Vieira, E. (2024). Does CSR committee presence, stakeholder engagement, gender equality (SDG 5) and firm value influence ESG performance reporting? An EU pre and during Covid-19 analysis. *Measuring Business Excellence*. <https://doi.org/10.1108/MBE-03-2024-0034>
- Monteiro, S., Ribeiro, V., Vilhena, E., Lemos, K., & Molho, C. (2024). Determinants of online-reporting on sustainable development goals: the case of Portuguese Higher Education Institutions. *Social Responsibility Journal*, 20(3), 462–484. <https://doi.org/10.1108/SRJ-01-2023-0044>
- Morea, D., Fortunati, S., & Martiniello, L. (2021). Circular economy and corporate social responsibility: Towards an integrated strategic approach in the multinational cosmetics industry. *Journal of Cleaner Production*, 315. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.128232>
- Morhardt, J. E. (2010). Corporate social responsibility and sustainability reporting on the Internet. *Business Strategy and the Environment*, 19(7), 436–452. <https://doi.org/10.1002/bse.657>
- Ng, A. W., Leung, T. C. H., Yu, T.-W., Cho, C. H., & Wut, T. M. (2023). Disparities in ESG reporting by emerging Chinese enterprises: evidence from a global financial center. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14(2), 343–368. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-08-2021-0323>
- Ngu, S.-B., & Amran, A. (2024). Unveiling the antecedents and the outcome of materiality disclosure: insights from sustainability reporting of Malaysian public listed companies. *Meditari Accountancy Research*. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2023-2206>
- Nicolò, G., Andrades-Peña, F. J., Ferullo, D., & Martinez-Martinez, D. (2023). Online sustainable development goals disclosure: A comparative study in Italian and Spanish local governments. *Business Ethics, the Environment and Responsibility*, 32(4), 1490–1505. <https://doi.org/10.1111/beer.12584>
- Nicolò, G., Aversano, N., Sannino, G., & Tartaglia Polcini, P. (2023). Online sustainability disclosure practices in the university context. The role of the board of directors. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 23(4), 800–826. <https://doi.org/10.1108/CG-05-2022-0224>
- Nicolò, G., Zampone, G., Sannino, G., & Polcini, P. T. (2024). Sustainable development goals disclosure and analyst forecast quality. *Journal of Applied Accounting Research*. <https://doi.org/10.1108/JAAR-07-2023-0223>
- Nicolò, G., Zanellato, G., Tiron-Tudor, A., & Tartaglia Polcini, P. (2023). Revealing the

- corporate contribution to sustainable development goals through integrated reporting: a worldwide perspective. *Social Responsibility Journal*, 19(5), 829–857.
<https://doi.org/10.1108/SRJ-09-2021-0373>
- Nor Ahmad, S. N. H. J. N., Amran, A., & Siti-Nabiha, A. K. (2022). Symbolic or substantive change? How a Malaysian palm oil company managed sustainability issues in words and deeds. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 19(4), 473–510.
<https://doi.org/10.1108/QRAM-05-2020-0061>
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change, and economic performance*. Cambridge University Press.
- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, 5(1), 97–112.
<https://doi.org/10.1257/jep.5.1.97>
- Ozordi, E., Eluyela, D. F., Uwuigbe, U., Uwuigbe, O. R., & Nwaze, C. E. (2020). Gender diversity and sustainability responsiveness: Evidence from Nigerian fixed money deposit banks. *Problems and Perspectives in Management*, 18(1), 119–129.
[https://doi.org/10.21511/ppm.18\(1\).2020.11](https://doi.org/10.21511/ppm.18(1).2020.11)
- Partzsch, L. (2023). Missing the SDGs: Political accountability for insufficient environmental action. *Global Policy*, 14(3), 438–450. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.13213>
- Penrose, E. T. (1959). *The theory of the growth of the firm*. Oxford University Press.
- Permatasari, P., & Gunawan, J. (2023). Sustainability policies for small medium enterprises: WHO are the actors? *Cleaner and Responsible Consumption*, 9.
<https://doi.org/10.1016/j.clrc.2023.100122>
- Perrigot, R., & Elom Gbetchi, K. (2023). Social franchise chains operating in African countries: are their social goals aligned with the 2030 United Nations sustainable development goals? *International Journal of Emerging Markets*, 18(12), 6214–6233.
<https://doi.org/10.1108/IJOEM-10-2021-1640>
- Perrini, F., & Tencati, A. (2006). Sustainability and stakeholder management: the need for new corporate performance evaluation and reporting systems. *Business Strategy and the Environment*, 15(5), 296–308. <https://doi.org/10.1002/bse.538>
- Priem, R., & Gabbellone, A. (2024). The impact of a firm's ESG score on its cost of capital: can a high ESG score serve as a substitute for a weaker legal environment. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 15(3), 676–703.
<https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2023-0254>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019a). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312–1326.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019b). Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(3), 588–597.
<https://doi.org/10.1002/csr.1705>
- Sachs, J., Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Lafortune, G., & Fuller, G. (2019). *Sustainable Development Report 2019*.
https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019_sustainable_development_report.pdf
- Santos, F. T. S., Ladwig, N. I., Peixoto, M. G. M., & Guerra, J. B. S. O. A. (2023). Materiality of sustainability reports: an environmental performance analysis' proposal of wind farms in Southern Brazil using the Analytic Hierarchy Process (AHP). *Clean Technologies and Environmental Policy*, 25(4), 1241–1258. <https://doi.org/10.1007/s10098-022-02440-9>
- Sassanelli, C., Urbinati, A., Rosa, P., Chiaroni, D., & Terzi, S. (2020). Addressing circular economy through design for X approaches: A systematic literature review. *Computers in Industry*, 120, 103245. <https://doi.org/10.1016/j.compind.2020.103245>

- Scott, L., & McGill, A. (2018). *From Promise to Reality: Does Business Really Care about the SDGs? And what Needs to Happen to Turn Words into Action*.
<https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/sdg-reporting-2018.pdf>
- Scott, W. R. (2014). *Institutions and organizations* (4th ed.). Sage Publications.
- Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355.
<https://doi.org/10.2307/1882010>
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571. <https://doi.org/10.2307/258788>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*. Brooks/Cole.
- Tettamanzi, P., Gotti Tedeschi, R., & Murgolo, M. (2023). The European Union (EU) green taxonomy: codifying sustainability to provide certainty to the markets. *Environment, Development and Sustainability*. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03798-6>
- Torraco, R. J. (2005). Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356–367.
<https://doi.org/10.1177/1534484305278283>
- Torraco, R. J. (2016). Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. *Human Resource Development Review*, 15(4), 404–428.
<https://doi.org/10.1177/1534484316671606>
- UN. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.
<https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Vallet-Bellmunt, T., Fuertes-Fuertes, I., & Flor, M. L. (2023). Reporting Sustainable Development Goal 12 in the Spanish food retail industry. An analysis based on Global Reporting Initiative performance indicators. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(2), 695–707. <https://doi.org/10.1002/csr.2382>
- Van Tulder, R., Rodrigues, S. B., Mirza, H., & Sexsmith, K. (2021). The UN's Sustainable Development Goals: Can multinational enterprises lead the Decade of Action? *Journal of International Business Policy*, 4, 1–21. <https://doi.org/https://doi.org/10.1057/s42214-020-00095-1>
- WBCSD, & Radley Yeldar. (2020). *Reporting matters: WBCSD 2020 Report*.
<https://www.wbcsd.org/Programs/Redefining-Value/Reporting-matters/Resources/Reporting-matters-2020>
- WCED. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>
- Zahid, M., Hayat, M., Rahman, H. U., & Ali, W. (2024). Is the financial industry ready for circular economy and sustainable development goals? A case of a developing country. *Qualitative Research in Financial Markets*. <https://doi.org/10.1108/QRFM-06-2023-0135>
- Zemanová, Š., & Druláková, R. (2020). Mainstreaming Global Sustainable Development Goals through the UN Global Compact: The Case of Visegrad Countries. *Journal of Risk and Financial Management*, 13(3). <https://doi.org/10.3390/jrfm13030041>
- Zhou, Y., Li, X., Wang, X., & Yuen, K. F. (2022). Intelligent container shipping sustainability disclosure via stakeholder sentiment views on social media. *Marine Policy*, 135. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104853>